



PROJECTO EUROPA

Nº 18 - Junho 1993

DIRECTOR: António d'Orey Capucho

PE APROVA MENSAGEM PARA A CIMEIRA DE COPENHAGA

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução onde felicita o governo e o povo da Dinamarca pela ratificação do Tratado de Maastricht. O PE, por outro lado, instou o Conselho Europeu a superar as divergências nacionais e a fazer prevalecer o interesse comum, conferindo de novo o impulso necessário à acção comunitária nos domínios em que esta se impõe.

Nesta resolução o Parlamento solicita à Comissão e ao Conselho que fixem objectivos com vista a uma verdadeira convergência económica na Comunidade, que tomem realmente em conta a situação social e não apenas os indicadores económicos.

UM PROGRAMA ECONÓMICO-SOCIAL DE LONGO PRAZO

Na declaração inicial deste debate, o Presidente da Comissão, Jacques Delors, defendeu três prioridades para a Cimeira de Copenhaga: um programa económico-social de longo prazo, o reforço da iniciativa europeia de crescimento e uma reflexão de conjunto sobre o futuro da Europa.

A Comissão propõe a criação de um programa económico-social para combater uma conjuntura económico-social depressiva. A segunda proposta da Comissão, a levar à Cimeira - o reforço da iniciativa europeia de crescimento - consistiria, segundo Delors, no apoio ao investimento, à formação e à educação. "O desemprego maciço é a raiz de todos os nossos males", considerou Delors, deplorando que a Cimeira de Edimburgo tenha "negligenciado" a aprovação de todas as propostas contidas no pacote Delors II.

ALTA DE RESPOSTAS EUROPEIAS CONCERTADAS

Falando em nome do Grupo LDR, o Deputado do PSD e Vice-presidente do PE, António Capucho, defendeu que o "resultado positivo do referendo dinamarquês e a expectativa de conclusão breve do processo de ratificação do Tratado da União Europeia no Reino Unido, são razões favoráveis a que o Conselho Europeu dê um sinal político forte que relance a credibilidade da União e a retoma do crescimento económico". Para António Capucho "o acentuado afastamento de muitos europeus dos ideais que nos movem, resultam (...) do não cumprimento das promessas de livre circulação das pessoas (...), da angústia "face à impotência revelada pelos Doze de actuarem concertadamente e com eficácia no plano externo" e, finalmente, porque os "cidadãos não vislumbram respostas europeias concertadas e eficazes que ataquem a recessão económica e o agravamento do desemprego e atenuem os impactos negativos de certas políticas comuns, como a agrícola e a das pescas". Para o deputado social-democrata é essencial clarificar e reforçar os meios afectados à "iniciativa europeia de crescimento" e lançar o debate que procure saídas para a evidência de que a retoma do crescimento não assegura mais o pleno emprego.

INTERGRUPO TIMOR- LESTE

FERNANDO MORAN SUBSTITUI SIMONE VEIL

Fernando Moran, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, foi eleito, em Estrasburgo, Presidente do Intergrupo Timor-Leste no Parlamento Europeu. Fernando Moran sucede a Simone Veil que abandonou o cargo por ter integrado o novo Governo francês. Deputados portugueses de todas as forças políticas representadas no PE reconheceram unanimemente ser Fernando Moran uma personalidade marcante e internacionalmente prestigiada.



Em declarações à Imprensa, no final da reunião em que foi eleito, Moran afirmou que o Intergrupo deveria pressionar fortemente o Governo indonésio para que respeite o princípio da autodeterminação e os Direitos do Homem. O ex-ministro está disposto a lutar por Timor-Leste porque é uma "questão justa" e afirma ter aceite este cargo pela amizade que nutre por Portugal, onde foi secretário de embaixada na representação em Lisboa entre 1964 e 1968.

Para Fernando Moran a questão de Timor-Leste tem duas vertentes: o respeito dos Direitos do Homem e do direito internacional.

boletim informativo do grupo parlamentar europeu do PSD

(editado com o patrocínio do grupo liberal, democrático e reformista do parlamento europeu)

40º ANIVERSÁRIO DO GRUPO LDR

MANIFESTO DOS LIBERAIS, DEMOCRATAS E REFORMISTAS

Desde a sua fundação, os Liberais, Democratas e Reformistas têm sido partidários convictos da unidade europeia. Não pretendiam apenas transformar este continente numa zona de livre comércio. Entendiam que as nações europeias democráticas deviam unir-se num destino político comum que lhes permitisse garantir a paz e, unidos, ter voz num mundo dominado pelas superpotências e sobre o qual pendia a ameaça das ideologias totalitárias.

Hoje, quarenta anos após a formação dum Grupo Liberal, Democrático e Reformista no seio do Parlamento Europeu, as ameaças são diferentes, pois o mundo mudou. Mas essa mudança apenas reforça o empenhamento numa união europeia que respeite a identidade nacional dos Estados-membros, união essa cuja criação exige uma vontade política e não poderá decorrer automaticamente da integração económica. É que a Europa dos Liberais e Reformistas não é a Europa mercantilista, é sim a Europa dos homens. O Tratado de Maastricht, que os Liberais e Reformistas apoiaram, do mesmo modo que participaram em todos os combates pela união política, veio confirmar essa vocação. Os Liberais e Reformistas empenham-se, pois, na realização da união política e da união económica e monetária, de acordo com as etapas previstas pelo Tratado de Maastricht. Reclamam a transformação do Ecu em verdadeira moeda europeia. Defendem o desenvolvimento de novas políticas comunitárias, nomeadamente nos sectores e tecnologias avançados. É que o federalismo descentralizado, que subscrevem, implica o princípio da subsidiariedade segundo o qual devem ser transferidas para o nível europeu as competências que não possam ser melhor exercidas ao nível nacional, regional ou local. Empenhados que estão numa gestão correcta, são assim levados a aplicar esta repartição de competências com rigor, no quadro de orçamentos equilibrados e evitando qualquer esbanjamento de meios.

Subjacente à sua concepção da união europeia está a identificação dos Liberais e Reformistas com a democracia parlamentar. Opondo-se a qualquer excesso de regulamentação administrativa e a qualquer desvio tecnocrático, é seu objectivo reequilibrar as instituições, reforçando o controlo democrático do Parlamento Europeu, o qual deve ser eleito com base num sistema uniforme de representação proporcional e dispôr de maiores competências nos planos político, legislativo e orçamental. A Europa dos Liberais e Reformistas é, antes de tudo, a Europa dos cidadãos. É também a Europa da abertura. A liberdade de circulação de pessoas, que deve ser concretizada, consagrará o nascimento de

uma cidadania europeia definida por direitos e deveres comuns a todos os europeus. Essa cidadania criará as condições do desenvolvimento de uma educação mais adequada à realização total das virtualidades de cada um, no respeito das melhores tradições do humanismo, aumentando as possibilidades de opções individuais e opondo-se a qualquer forma de arregimentação das consciências.

É ainda a Europa do equilíbrio. Equilíbrio entre países e regiões, entre zonas urbanas e zonas rurais: a política agrícola comum deve permitir a conservação de uma relação harmoniosa, garantindo simultaneamente ao consumidor produtos de qualidade a preços razoáveis e oferecendo à exploração familiar moderna as oportunidades do dinamismo e da prosperidade. Os Liberais e Reformistas esperam da Europa políticas de conjugação e não de divórcio entre o desenvolvimento industrial e a protecção do meio ambiente.

É, por fim, a Europa da solidariedade. Solidariedade no seio da União e garantida por uma maior coesão económica e social: a unificação do mercado interno deve ser acompanhada de acções decididas de apoio às categorias sociais e regiões menos favorecidas. Solidariedade com o resto do continente: para os Liberais e Reformistas a Europa é uma, a União deve abrir-se à outra Europa, a Europa Central, agora liberta de longo cativeiro, relativamente à qual se impõe, desde já, uma estreita cooperação política e a ajuda económica, enquanto se aguarda uma adesão por enquanto hipotecada aos atrasos materiais e à necessidade de garantir o reforço da construção europeia antes do seu alargamento. Solidariedade com o mundo exterior: a cooperação com os países em vias de desenvolvimento, frequentemente apresentada como exemplar, deve ser alargada privilegiando a busca da auto-suficiência alimentar e a promoção de projectos descentralizados assegurados pelas pequenas e médias empresas; temos que evitar a delapidação da ajuda em despesas administrativas ou de prestígio e acompanhá-la de acções de promoção dos Direitos do Homem. Da política exterior da Europa, que pressupõe uma política de defesa indissociável da própria ideia de união, esperam os Liberais, Democratas e Reformistas mais do que a criação de uma nova potência. A sua luta é a de transformar a Europa numa referência e num exemplo em matéria de liberdades públicas, de tolerância, de libertação e realização individual, do diálogo de culturas. Uma Europa irradiante. Uma Europa das Luzes.

MARGARIDA SALEMA DEFENDE A CRIAÇÃO DE EMPREGOS A FAVOR DAS MULHERES

O Parlamento Europeu aprovou um relatório da Comissão dos Direitos da Mulher sobre a criação de empregos a favor das mulheres.

Intervindo, em Plenário, a deputada do PSD, Margarida Salema, considerou que a “entrada maciça de mulheres para o mercado de trabalho é talvez um dos fenómenos mais importantes deste século, envolvendo toda uma série de consequências que não podem deixar de ser permanentemente equacionadas” e apoiou a ideia de que “a igualdade de tratamento entre homens e mulheres é uma questão fundamental na política social da Comunidade e que se trata de um elemento chave para a caracterização e a prossecução do objectivo da coesão económica e social”

Para Margarida Salema, na política de criação de empregos, que deve ser “orientada num sentido anti-discriminatório” devem ser utilizadas “acções positivas para repôr a igualdade no acesso ao emprego e formação profissional”.

RUI AMARAL, **sobre a política** **europeia de** **transportes**

“... ficou esquecido o transporte ferroviário, onde infelizmente se continua a registar a existência de doze monopólios nacionais e públicos em cada um dos Estados-membros ...

... o mercado interno não é, porém, somente a liberalização ... é também a harmonização de elementos de recurso essenciais, fiscais e técnico-sociais, sem os quais não pode haver competição entre empresas e entre modos de transporte, que são a condição da eficiência do sistema.

É também o estabelecimento de uma política de relações económicas externas, de uma indústria de transportes que é o corolário inevitável do conceito do próprio mercado interno.

É ainda uma política de infra-estruturas de interesse europeu onde a Comissão ainda não passou de meras propostas parcelares e preliminares.”

CARLOS **PIMENTA, sobre a** **situação na ex-URSS** **e o programa TACIS**

“... são indiscutíveis as razões deste programa de assistência técnica. Mas onde é que nós estamos?

Foi gasto menos de metade do dinheiro de 1991, não foi gasto praticamente nada do dinheiro de 1992 e, obviamente, não foi gasto nada do dinheiro de 1993. (...) os Estados-membros estão mais preocupados com a divisão do dinheiro entre as suas empresas de consultadoria do que com os efeitos reais dos projectos que são aprovados. (...)

É necessário aligeirar os procedimentos, reforçar as competências executivas da Comissão das Comunidades e a capacidade de decisão dos seus delegados locais.

É necessário ligar o programa de assistência técnica aos programas de estabilização macroeconómica, de privatização, de promoção das trocas comerciais entre as novas Repúblicas entre si e com o resto do mundo.”

MANUEL PORTO, **sobre a informação** **estatística**

“O programa-quadro para acções prioritárias no domínio da informação estatística constitui um passo significativo visando proporcionar um melhor conhecimento da realidade comunitária, indispensável para que sejam tomadas as medidas de política mais adequadas. (...) “informações estatísticas actualizadas, fiáveis, pertinentes e comparáveis entre os Estados-membros” são uma base indispensável para a “concepção, a elaboração, o acompanhamento e a avaliação” das políticas comunitárias.

Está em causa, pois, um interesse geral - acentuado agora com a abolição das fronteiras - que, sem prejuízo da lógica da subsidiariedade, justifica um apoio comunitário muito especial ajudando os países mais atrasados a ultrapassar as suas dificuldades”.

discurso directo

MARGARIDA **SALEMA, sobre as** **informações** **classificadas**

“A proposta de regulamento que agora debatemos, sobre o segredo CEE, é politicamente inoportuna e inadequada.

É inoportuna, desde logo, porque se trata de uma iniciativa que visa restringir a informação numa época em que a Comunidade necessita em absoluto de provar que exerce as suas actividades com transparência.

Ora, não é possível advogar abertura, desburocratização e controlo democrático e disso convencer a opinião pública, com propostas autoritárias e desfazadas como é o caso da presente. (...)

Se o objectivo deste regulamento é, pois, o de institucionalizar a classificação da informação, pergunta-se como é que o Parlamento Europeu pode exercer o seu poder de controlo sobre a Comissão, se não tiver pleno acesso a toda a informação?”

JOSÉ MENDES **BOTA,** **sobre as relações da** **Comunidade com os** **Países do Magrebe**

“Tempo já houve em que a vanguarda da civilização tinha origem no Magrebe. Chegou a nossa vez de distribuir e de retribuir os contributos da civilização islâmica para a astronomia, a matemática, a literatura, a arquitectura ou a própria linguística europeia. (...)

Apelamos para que a Comunidade defina uma política de imigração que não esqueça, nas novas relações com os países do Magrebe, as questões da democracia e do respeito pelos direitos humanos (...)

Só retomando uma coexistência de descoberta e de respeito por culturas diferentes e alicerçando as bases no novo diálogo político será possível fazer frente às ameaças do fundamentalismo, cuja expansão só encontra espaço na miséria, na pobreza e na infelicidade.”

VASCO **GARCIA, sobre o** **uso de drogas na** **produção de carne**

“Fazer crescer mais rapidamente os animais, ganhar tempo no aumento de peso para obter mais carne e, portanto, lucro mais fácil, foi sempre o objecto de qualquer criador de suínos, de bovinos ou de outras espécies. (...)

Quem controla a qualidade da carne nos matadouros, quando se sabe que a fiscalização nalguns países compete a veterinários pagos pelos próprios interessados?

Por outro lado, é um facto que certas hormonas naturais, devidamente controladas, podem melhorar a produção sem ter efeitos secundários. (...)

Facilite-se a produção de carne por meios naturais à base de erva e de concentrados de qualidade.

Ou poderemos pagar com a nossa saúde a falta de respeito pelas regras ecológicas?”

GRUPO LDR DO PARLAMENTO EUROPEU FESTEJA 40 ANOS

O Grupo LDR festejou o seu 40º Aniversário em Bruxelas nos passados dias 16 e 17 de Junho.

Integrada nas comemorações realizou-se uma reunião dos líderes dos Partidos da Federação LDR, onde o Presidente do PSD se fez representar pelo Vice-presidente do PE, António Capucho.

À noite teve lugar um jantar comemorativo desta efeméride, tendo na ocasião sido homenageada Simone Veil, antiga Presidente do Parlamento Europeu e do Grupo LDR, que actualmente é Ministro de Estado do Governo francês.

No dia 17 reuniram os líderes parlamentares dos Partidos membros da Federação, tendo participado nesta reunião o Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República, Rui Carp.

NA MADEIRA - EURODEPUTADOS DO PSD DEBATEM

“A EUROPA E A COMUNIDADE EUROPEIA”

Os deputados do PSD António Capucho, António Marques Mendes e Virgílio Pereira participaram, nos passados dias 11 e 12 de Junho, no Funchal e no Porto Santo, em duas conferências sobre temática europeia e comunitária.

“A Europa e a Comunidade Europeia” é a denominação desta iniciativa promovida pela Fundação Social-Democrata da Madeira.

Estão igualmente agendadas outras conferências a ter lugar este ano, uma com a presença do deputado Manuel Porto, dedicada à temática autárquica, e outra que abordará questões ambientais, com a participação do deputado Carlos Pimenta.

MANUEL PORTO NO JAPÃO COM TIMOR-LESTE NA AGENDA

O eurodeputado Manuel Porto deslocou-se ao Japão para participar na 14ª reunião entre parlamentares europeus e japoneses, tendo mantido encontros com algumas das principais figuras do Estado japonês.

Manuel Porto e outros dois deputados portugueses que integraram esta delegação reuniram-se em Tóquio com o deputado japonês Satsuki Eda para debater a situação em Timor-Leste.

Neste encontro os eurodeputados portugueses sugeriram a entrega de uma mensagem ao Presidente indonésio por parte de personalidades japonesas, apelando para o respeito pelos Direitos do Homem em Timor-Leste, bem como para o cumprimento das resoluções das Nações Unidas.

APRESENTAÇÃO DO LIVRO “O JARDIM COMUM EUROPEU”

Carlos Pimenta, na sua qualidade de Vice-Presidente da GLOBE E.C. apresentou em conferência de imprensa o livro “O Jardim Comum Europeu” da autoria de vários peritos de renome internacional e inteiramente consagrado ao estado do Ambiente no continente europeu.

Esta publicação surge na sequência da conferência interparlamentar organizada pela GLOBE, que teve lugar em Estrasburgo em Maio do ano passado e que reuniu mais de 160 parlamentares de todos os países da Europa, incluindo as repúblicas da ex-URSS, os quais discutiram as medidas apropriadas para responder ao desafio da crescente degradação do ambiente, em particular na Europa Central e de Leste.

Segundo Carlos Pimenta trata-se do “único estudo actualizado sobre o estado do ambiente à escala da Europa no seu conjunto”.

MENDES BOTA ESPERA QUE A DIRECTIVA COMUNITÁRIA SOBRE “TIMESHARE” SEJA EQUILIBRADA

O Parlamento Europeu iniciou o debate de um relatório relativo a uma directiva sobre a regulamentação do “timeshare” a nível comunitário, tendo decidido reenviá-lo à comissão parlamentar competente.

O “timeshare” desenvolveu-se imenso nos últimos anos, com especial destaque para países como a Espanha e Portugal.

Ora, o “timeshare” tem dado azo a muitos problemas para os consumidores (técnicas de venda particularmente agressivas, publicidade incompleta ou mesmo enganosa).

Por isso, a Comissão Executiva apresentou uma proposta de directiva destinada a estabelecer normas mínimas de protecção aos consumidores na celebração de contratos de “timeshare”.

Intervindo neste debate, o deputado social-democrata Mendes Bota considerou que a proposta de directiva “peca, sobretudo, por tardia” e que “não houve vontade política para, em devido tempo, preservar a imagem de um segmento da oferta e da procura turística, que encontra a sua razão de ser mais profunda, na verdadeira democratização do sector turístico e do direito que todos os cidadãos têm de acesso às férias, ou ao usufruto de uma segunda habitação com aquele objectivo”.

Para Mendes Bota, a proposta de directiva peca também por alguns excessos.

O caso da exigência da língua materna do comprador nas informações e nos contratos e o período de retractação de 28 dias foram exemplos de exaustos apontados pelo deputado português, que salientou ter sido Portugal “o primeiro país comunitário a adoptar legislação específica para o “timeshare”.

breves

PROJECTO EUROPA

rue Belliard, 97-113 1040 Bruxelles